

Observador em primeira pessoa: novas construções do discurso jornalístico¹

Pollyanna Brêtas²
Paulo Vaz³

Resumo:

O artigo investiga novas práticas de construção da narrativa do sofrimento em textos jornalísticos onde se observa uma crise de identidade do jornalista como mero observador e mediador da realidade social. Ele passa a ocupar espaço central da narrativa num lugar que legitima sua autoridade a partir de suas próprias experiências de sofrimento. O surgimento de uma nova retórica é alçada pelo individualismo como estratégia argumentativa em que o relato da vítima dificilmente é analisado de modo crítico. O resgate da credibilidade do jornalista estaria relacionado à sua saída do papel de observador e mediador para ocupar o lugar do testemunho. Ele se aproxima do sofrimento na medida em que compartilha a experiência como figura central, assumindo lugar de autoridade.

Palavras-chave: jornalismo; testemunho; vítima

Introdução

“Na hora de fazer não gritou”⁴ é uma matéria jornalística. Seus rituais narrativos permitem que seja classificada assim. Ela, no entanto, é também um relato em primeira pessoa de uma jornalista que viveu um drama e buscou legitimar a brutalidade do momento individual com a apresentação de uma questão que afeta a coletividade a partir de outras histórias tão dramáticas quanto a sua. O fato de ter sofrido uma violência durante o nascimento do filho motivou a investigação, mas a construção do discurso em que o observador é agora integrante da reportagem faz parte de uma estratégia. O texto poderia ter sido costurado de outra forma, mas essa foi a escolha do narrador e, isso não é ao acaso, como muitos podem supor. Na construção do argumento está o convencimento através da aproximação via testemunho e da experiência que confere credibilidade e autoridade ao narrador.

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestranda do programa de pós- graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Orientador do trabalho: Paulo Vaz. Professor da Eco-UFRJ, email: paulovaz.ufrj@gmail.com

⁴ <http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>

O ofício do jornalista é a coleta de informações, experiências e notícias em todo lugar. Ele seleciona e distribui. É observador, sempre figura nunca fundo. Ele é quase especialista do interesse geral e é isso que o distingue. Fausto Neto (2011) observa o fenômeno da atorização “quando o jornalista, até então mediador dos acontecimentos, passa a se estabelecer na processualidade sistêmica como um ator da mesma, instaurando novas ofertas de sentido, tencionando, dessa forma, não apenas o papel do jornalista enquanto mediador mas também o estatuto do acontecimento de natureza jornalística”. Pelo ritmo de distanciamento e objetividade, a poucos espaços no jornal era concedida a prerrogativa de utilização na pessoa, como nas crônicas, mas na reportagem o protocolo determinava a imparcialidade.

O que chama a atenção nessa reportagem, e em outras que citaremos, é o jornalista superando o lugar de mediador e observador, ocupando lugar de personagem central. Em segundo plano, e não mesmo importante, nos exemplos observados, ele se coloca na posição de vítima. A experiência em que esse estilo narrativo tem se configurado é em geral circunstancial e não tem sido observado em grandes tragédias coletivas, por exemplo, como desastres aéreos e naturais ou ataques terroristas. Na Modernidade, o sofrimento e compaixão se articulavam no espaço público. A vítima se torna figura emblemática na cultura, é quase metonímia, ou seja, a parte pelo todo. O sofrido do vizinho pode ser o seu amanhã. A audiência vai considerar o sofrimento do outro como severo se reconhecer igualdade nele.

A prática jornalística questionada como método de refletir o real passa também pela experiência que muitos autores classificam como a crise do observador. Na contemporaneidade, a possibilidade de acesso ao espaço público sem mediação permite que o testemunho corte o elo da vítima com o observador. Como corolário, o jornalista perde a prerrogativa e condição de ser o único ator social capaz de decidir se o sofrimento do outro é relevante a ponto de sua história ser contada e ocupar espaço público através da narrativa. Sua moralidade e credibilidade são questionadas. Nesse processo, está inserida a crítica à moralidade dos anos de 1960 e 1970, por exemplo, com a discussão dos direitos civis nos Estados Unidos, e passamos, cinquenta anos depois, a eleger como prioridade a luta contra preconceitos e minorias.

Um dos desafios do jornalismo hoje é sua relação com o espaço público e o volume de material multimídia, com textos, áudios, vídeos postados e compartilhados o tempo todo via internet. Mídias sociais criaram quase um universo paralelo do jornalismo formal e são

grandes fontes e produtores de notícias com alcance, em alguns casos, maior do que o de veículos tradicionais. Podemos, no entanto, observar um descompasso entre a intenção de veículos de comunicação e os próprios jornalistas em se adaptar e se diferenciar, e ao mesmo tempo dialogar com a colaboração e participação da produção da notícia. Mauro Wolf pondera na teoria dos meios de comunicação que o jornalismo consiste em uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta. Ele afirma que existe uma oscilação entre a ideia de obter resultados relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas, e o fracasso na obtenção de efeitos. (WOLF, 2009, 12)

Na manchete do site sobre a reportagem o texto diz: “Essa frase, - *‘Na hora de fazer não gritou’* - ouvida por muitas mulheres na hora do parto, é uma das tantas caras da violência obstétrica que vitima uma em cada quatro mulheres brasileiras. Nossa repórter foi uma delas”. Depois dessa apresentação, o observador não está mais marcando a distância com seu objeto, ao contrário demonstra que seu sofrimento, seu testemunho, o permite ocupar um lugar de autoridade e igualdade diante do leitor e de outros sofrendores. Lüc Boltanski observa a construção de uma tríade: observador, sofredor e terceiro, que pode ser o causador ou salvador. Essa lógica está inserida nas narrativas que povoam os meios eletrônicos. Nos habituamos a ler relatos de anônimos que reivindicam vez e voz através do espaço público da Internet.

Boltanski se empenhou em analisar denúncias, críticas e demandas de vários atores sociais em especial como narrativas particulares podem ser universalizadas, ou seja, transformadas em questões da coletividade. Para Boltanski, uma investigação da capacidade crítica dos atores sociais somente seria possível caso se admitisse que os indivíduos não são meros autores coagidos (CAMPOS, 2009)⁵.

Desse modo a perspectiva em transformação no jornalismo é o valor da objetividade que norteou durante décadas a produção e o discurso jornalístico. Para Nelson Traquina, ela nasce no século XX e surge com base numa mudança fundamental no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões. Como observa o autor, “com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. (TRAQUINA, 2005, 138)

Primeira pessoa

⁵ In: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/31T.pdf>

“Eu tive meu filho”. Os pronomes que compõem a frase indicam que a leitura a seguir será um relato, um testemunho de sofrimento de uma vítima de violência. Mas trata-se de um texto jornalístico com seu eixo principal deslocado de um discurso clássico da imprensa brasileira, que durante a incorporação de reforma nos idos de 1950 e 1960, no Diário Carioca, por exemplo, importou o modelo de objetividade e o esquema norte-americano da pirâmide invertida conhecido como lide. A terceira pessoa, a impessoalidade e a objetividade na apresentação das informações são características que acentuam o distanciamento entre a audiência e o observador. Ele não está mais olhando de fora para dentro. Seu olhar é de dentro para fora, de forma que os recursos verbais, textuais, visuais são apresentados para construção de narrativas como relatos da testemunha ocular, envolve também a audiência como testemunha em processo quase terapêutico (PEETERS, 2001).

A forma de conduzir o argumento está inserida na cultura de que a vítima se tornou a figura central e emblemática distante da lógica moderna que buscava refletir uma condição a partir de um elemento de singularidade. O objetivo é a construção da vítima virtual no sentido de que o que aconteceu com ela pode ocorrer de novo; podia ser com qualquer um; pode acontecer com você. Ou seja, é a tradução da construção da gramática do sofrimento a partir da narrativa do testemunho substituindo a lógica que se perpetuou por décadas sobre a desigualdade social como causadora dos males. Agora o relato testemunhal está integrado, em certo sentido, à narrativa de felicidade. Dessa forma, sustenta e marca a superação da causalidade estrutural para causalidade individual e moral.

Didier Fassin observa que a partir da década de 1980, quando foi revisado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na sigla em inglês DSM 3, a vítima ganhou um novo estatuto social. No livro *O Império do Trauma*, Fassin faz um percurso histórico e social permeado pela psicanálise sobre o reconhecimento da autoridade do testemunho daquele que passou por um trauma e como essa narrativa se transforma em verdade até mesmo pelo surgimento de políticas de reparação do sofrimento. O autor descreve essa mudança em relação ao sujeito como “eventos extraordinários vivido por sujeitos ordinários”, de forma que não haveria espaço para suspeitar de uma vítima ou uma causa prévia ou um “sujeito predisposto” que justificasse o sofrimento dela.

A repórter sedimenta essa diferença quando diz que não estava em um hospital público onde a tragédia do mau atendimento é conhecida e tolerada. Não, ela estava em um hospital particular, mas com convênio barato, aquele disponível para grande parte, senão a maior parcela da população brasileira. Não foi o acaso que a submeteu, como a outras

mulheres, a uma condição degradante no momento de vivenciar a maternidade. Foi a incompetência ou ausência do Estado – braço fiscalizador ou garantidor de direitos e deveres, aliado à desumanidade de uma equipe médica que quer fazer seu trabalho sem ser incomodada e questionada sobre seus métodos de atuação.

Em *Tempos Passados*, Beatriz Sarlo analisa a proliferação de relatos de vítimas e testemunhos sobre o regime de exceção na Argentina e em outros países latino americanos. A autora mostra como foi fundamental a composição do discurso em primeira pessoa para reconstrução da experiência. Ela analisa as características e recursos usados pelo narrador, observando que “atos de memória” podem conter somente uma versão para os fatos e, por isso, serem contestados mais tarde. O ponto central e crítico da análise de Sarlo é a chamada “virada subjetiva” que se seguiu, segundo ela, ao renascimento ou valorização do “eu”, ampliado em sociedades que vivem a subjetividade não só na dimensão íntima, mas em manifestação pública. Ou seja, a partir também da crescente promoção do individualismo.

Sarlo também observa o lugar de autoridade da vítima na produção e condução da experiência através da narrativa. “A memória é um bem comum, um dever (como se disse no caso europeu) e uma necessidade, jurídica, moral e política. Além da aceitação dessas características, é bem difícil estabelecer uma perspectiva que se proponha examinar de modo crítico a narração das vítimas. Se o núcleo de sua verdade deve ser inquestionável, também seu discurso deveria ser protegido do ceticismo e da crítica. A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça”. (2007, p.47)

Em Foucault, a resistência em revelar um segredo conferia autenticidade e verdade à história pelos obstáculos. Um critério, portanto, de verdade naquele que revela o segredo, que é próprio da confissão, é que a enunciação transforma o sujeito que fala. Na passagem da confissão para testemunho há valorização da experiência e o sofrimento incorpora a narrativa através da dimensão da verdade. Ninguém melhor para contar do que a própria vítima, refletindo o desafio da afirmação da individualidade que não mais está a serviço da autenticidade, mas tornou-se uma exigência majoritária.

“O poder silencia. O discurso liberta”. Nesse sentido, impacto dessa reportagem não seria o mesmo se ao invés da narrativa em primeira pessoa a reportagem começasse assim: “Uma em cada quatro mulheres brasileiras são vítimas de violência física e verbal no parto. O número foi divulgado pela Fundação Perseu Abramo”.

A experiência ocorreu nove anos antes de sua publicação em 2013 pela Agência Pública de Notícia, um veículo online independente cuja redação está fora dos grandes meios de comunicação – núcleos que desenvolvem novas perspectivas e se permitem mais inovação na prática jornalística lançando mão de ferramentas multimídia do ambiente digital.

Hoje boa parte das condições técnicas, materiais e os métodos empregados na apuração e divulgação das notícias até o fim do século 20 já não se aplica. A indústria jornalística se mantinha até poucos anos utilizando conjuntos de métodos entre um grupo relativamente pequeno e uniforme de empresas e baseada na incapacidade de alguém de fora desse grupo de criar um produto competitivo. Essas condições não se cumprem mais, como afirmam Anderson, Bell e Shirky.

A adaptação a esse ambiente é um desafio para o jornalista que aprendeu a trabalhar em redações cujo produto exigia, antes de tudo, exatidão e certeza, e onde havia unidade e clareza em torno de um pequeno conjunto de processos: apuração, redação, edição. A capacidade de reconhecer, localizar e narrar um fato relevante no formato mais condizente para um público específico segue sendo necessária, mas o número de formatos e a variabilidade da audiência aumentaram. E mais: técnicas do ofício que ajudarão o jornalista a definir e redefinir seu papel futuro e o setor no qual atua estão mudando. (ANDERSON; BELL; SHIRKY. 2012, p. 29)

Não é possível, no entanto, argumentar que o expediente do relato em primeira pessoa do jornalista só foi utilizado por núcleos e agência que não fazem parte dos grandes conglomerados de comunicação. A prática ainda longe de se tornar corriqueira é experimentada, por exemplo, na reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, em que uma repórter narra em primeira pessoa a experiência de passar um dia em um presídio federal⁶. Mais uma vez uma matéria que se propõe a ilustrar o funcionamento de uma carceragem poderia ser estruturada, e normalmente o é, de outra forma capturando depoimentos dos próprios presos, agentes penitenciários, Ministério da Justiça, Secretaria de Administração Penitenciária, etc. A reportagem se absteve, ou não lhe foi permitida, mostrar a perspectiva do encarcerado, por exemplo. A sustentação foi a substituição da experiência do observador no terceiro plano ou terceira pessoa para ocupar o lugar do testemunho. É importante destacar que na história do jornalismo o uso da primeira pessoa nas reportagens não era completamente abominável na tradição oral do rádio e da televisão, em comparação aos veículos impressos, especialmente jornais.

Discurso do sofrimento do observador

⁶ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/04/reporter-do-fantastico-passa-24-horas-em-presidio-de-seguranca-maxima.html>

No texto da Agência Pública de Notícias, a vítima-repórter diz: “Antes de ser finalmente internada, passei por um exame de toque coletivo, feito por um médico e seus estudantes, para verificar a dilatação”. A exposição do constrangimento continua: “Já dá para ver o cabelo do bebê, quer ver pai? Mostrava o médico para os alunos e para o pai do meu filho”. A dimensão descritiva pega o leitor pela mão e o posiciona em vários lugares dentro daquela sala. Primeiro, da mulher em posição ginecológica, sentindo medo, vergonha, dores e impotente. Segundo, do marido - atônito, preocupado, exposto em toda sua intimidade familiar e igualmente imponente.

Há nove anos atrás teríamos terreno tão fértil para desenvolver trabalhos como esse e seríamos leitores experimentados a entender com naturalidade a dramaticidade daquele momento? Ou em um certo sentido julgaríamos que ela expôs um drama tão pessoal e intimista que deveria permanecer confinado ao espaço privado do núcleo familiar?

É possível observar outras características do texto jornalístico em que o eixo do observador para vítima está deslocado. Já pontuamos a utilização do pronome em primeira pessoa, a reprodução de diálogos e o tempo verbal no presente do discurso da vítima para reviver a história colocar o indivíduo no interior da experiência, num lugar privilegiado como a sala de cirurgia no caso dessa reportagem. O testemunho nesse universo também pode ser caracterizado pelo acúmulo de detalhes (SARLO, 2007). A autora salienta que para o pesquisador é fundamental na análise crítica identificar falhas, ausências e verdades particulares em uma perspectiva histórica. Segundo ela, “o testemunho por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada”.

Em nosso objeto não há a pura descrição dos cenários e a constituição de um texto literário clássico, mas a subjetividade também está presente na simbolização das emoções. O “alívio” de ter sido esquecida no fundo de uma sala o que teria evitado uma injeção de ocitocina sintética (hormônio para acelerar as contrações e o parto) ou a vontade de ver “a carinha” do bebê que só se revelou pela imagem de um fotógrafo que sequer havia sido contratado para registrar o momento.

Estamos diante de um texto jornalístico e por isso depois de apresentar uma fotografia da sucessão de equívocos em um momento de fragilidade feminina, a autora retoma a reportagem que se pretende investigativa. Para marcar essa passagem uma dose

estatística que sustente em números seu argumento: ‘Eu não sou um caso isolado. Passei por um trauma que outras já viveram. A próxima pode ser você. Pode ser sua mulher, sua irmã, sua filha’.

A construção da argumentação também está relacionada às novas representações das vítimas no discurso jornalístico contemporâneo. No livro *Instinto de Repórter*, que reúne matérias investigativas da jornalista Elvira Lobato (2005), a introdução diz: “Cursava o quinto período de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando decidi morar em uma pensão para moças no bairro do Catete, com propósito de fazer uma reportagem sobre a vida das migrantes que vinham para o Rio em busca de emprego. Era setembro de 1976 e eu tinha 22 anos”. E segue: “Durante uma semana, dividi um quarto com cinco moças, e registrei a vida miserável que levavam como balconistas, garçonetes e auxiliares de escritórios, e a solidão na pensão superlotada”. A reportagem foi publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 20 de outubro de 1976.

Entre 1976 e 2013, entre a reportagem de Elvira Lobato para o *Jornal do Brasil* e a de Andrea Dip para Agência Pública de Notícias são 37 anos, período em que a representação midiática de diferentes sofrimentos passa por profunda transformação. No passado, a construção da gramática do sofrimento estava ligada à questões de desigualdade social. Na década de 1970, havia o drama de mulheres e homens retirantes dos sertões brasileiros em busca de uma vida melhor em uma grande cidade como Rio de Janeiro e São Paulo. Um drama social acompanhado de repercussões individuais como a solidão que constrata com superlotação dos quartos, a vida pobre e miserável que persiste apesar da mudança de estado. Era o recorte de um país desigual marcado pela luta coletiva de sobrevivência antropologicamente vivenciado pela experiência imersiva da repórter. O texto obedece a estrutura a narrativa jornalística clássica em terceira pessoa marcando a distancia entre o observar, seus personagens e sua audiência. Sim, Elvira Lobato conviveu com aquelas mulheres e descreveu seus dramas – “seus” dramas, não os dela, não os “nossos”.

Em 2013, Andrea Dip também relatou o sofrimento de outras mães com objetivo de desenhar uma problemática social e crise na saúde pública e privada do país, mas o que legitima e dá autoridade à sua narrativa é o individualismo do drama pessoal, mais do que a convivência é a capacidade de experimentar. Não há mais a separação entre felizes e infelizes ou a ênfase do sistema capitalista como causa do sofrimento ou a causalidade

estrutural das relações sociais, registramos agora o sofrimento e drama diário do indivíduo. Este passou a ser eleito para ocupar lugar na coletividade.

É preciso ainda comparar a narrativa de Andrea Dip a textos publicados diariamente em blogs, sites e redes sociais, por exemplo. Há pontos de congruência entre a reportagem da Agência Pública de Notícias e, por exemplo, o relato sobre maternidade em *Mais respeito, por favor*, publicado por Camila Antunes, no site Colher de Saia, em 13 de maio de 2014⁷. Nesse a autora descreve seu drama pessoal em publicação em site especializado que aborda questões femininas na Internet. É um espaço de audiência segmentada. Em seu relato no espaço público e irrestrito, ela se apropria de elementos de linguagem de um diário e descreve seu sofrimento de maneira temporal e cronológica, compartilhando uma experiência a partir do lugar de autoridade de quem passou e sobreviveu. Em alguns momentos se aproxima de uma descrição jornalística clássica com a citação de “aspas”⁸ para conferir mais credibilidade ao que está sendo relatado. A autora também é jornalista e lança mão das ferramentas clássicas para defender seu argumento.

Os dois testemunhos abordam a mesma questão – desumanização do parto no Brasil – e igualmente trazem relatos pessoais sobre desejo das mães de um parto normal ou natural e evidenciam a falta de compromisso médico com atendimento humanizado da mulher. Os exemplos só apresentam dissonância quando na Agência Pública de Notícias temos a passagem: “descobri que o que eu vivi não foi fatalidade, ou pesadelo: eu, como uma em cada quatro mulheres brasileiras, fui vítima de violência obstétrica”.

Fausto Neto (2011) contribui para reflexão sobre recursos narrativos que conferem credibilidade quando observa a relação entre sistemas – no caso o jornalístico e o literário – considerando o que significa para o jornalismo como sistema afetar e ser afetado por outro. Há em certa medida um gênero literário que influencia a construção dessa narrativa na medida em que há pontencialização em um determinado cenário, além de se configurar como estratégia identitária do próprio sistema quando reflete a vitimização do indivíduo como questão central da problemática ainda que seja possível visualizar essa característica em outras produções jornalísticas que não utilizam o expediente do deslocamento do observador para figura central da reportagem.

Investigando o gênero narrativo literário, Jo Gill (2006) se baseia em uma série de exemplos, como testemunho de vítimas do Holocausto, a narrativa do pós-feminismo

⁷ <http://colherdesaia.com/2014/05/13/mais-respeito-por-favor/>

⁸ “Aspas” no jargão jornalístico remete ao discurso integral e sem cortes de uma personagem ou fonte que fala em *on records* para a reportagem.

inserida no *Diário de Bridget Jones*, além da questão racial no regime de Apartheid, para avaliar as noções convencionais da narrativa literária e sua relação com a verdade, autoridade e subjetividade. Uma de suas questões centrais também é desafio a esse trabalho investigar se existe um elemento de escolha ou se a confissão é coagida de forma específica e individual ou ainda se é geral ou uma forma social. É nesse contexto que está inserida a discussão sobre os desdobramentos do discurso autobiográfico hoje explicando sofrimentos dos indivíduos como mecanismo imperativo de inserção e credibilidade no espaço público.

Conclusão:

O resultado da crítica à moralidade dos anos de 1960 e 1970, quando o moderno refletia uma condição social de desigualdade foi o retorno à indignação contra os imorais a partir de uma moralidade inclusiva e a impossibilidade de contestação do direito à vida. Nesse sentido, a narrativa do sofrimento se configura como elemento central de reflexão do real. O jornalista- observador que antes era mediador, com prerrogativa para eleger selecionar elementos de singularidade, perde a condição de ser o único a decidir se o sofrimento é relevante ou não para ocupar espaço público. E ele próprio passa a ocupar esse lugar.

O testemunho e sua narrativa em primeira pessoa sedimentam um terreno da subjetividade analisado por Beatriz Sarlo, com muita propriedade, de um lugar inquestionável na narrativa e, portanto, protegido do cetiscismo e da visão crítica do leitor. Quando transportado para um texto jornalístico esse testemunho estabelece novas relações morais e desloca o observador para personagem principal com perspectiva de autoridade, afastando as desconfianças e privilegiado por uma experiência jornalística que confere sentido à construção da narrativa.

Pontuamos nesse artigo a diferença entre textos jornalísticos clássicos, como as reportagens de Elvira Lobato, em que o observador narra experiências de outros mesmo com sua imersão no ambiente das personagens, e a narrativa do observador em primeira pessoa assumindo o lugar da vítima. Trata-se de inovações nas práticas jornalísticas e suas implicações também refletem experiências cotidianas de valorização do “eu”, da análise subjetiva dos fatos e do individualismo.

Ainda retomando Beatriz Sarlo quando a autora pontua como perigo o relato de testemunho, chamando a atenção para os “atos de memória” com a observação de somente um lado da história. Nessa perspectiva em que a vítima dificilmente pode ser questionada pela

cristalização da experiência. Em um texto jornalístico a necessidade da presença do contraditório e do “outro lado” é imperativa para o equilíbrio e legitimidade, o que não é preconizado no relato em primeira pessoa e só aparece como resposta aos questionamentos no final da reportagem.

O resgate da credibilidade do jornalista estaria relacionado à sua saída do papel de observador e mediador para ocupar o lugar do testemunho. Mas o desafio que se apresenta é o de aliviar as tensões de uma prática jornalística equilibrada e não comprometer as funções clássicas do jornalismo com a utilização de técnicas narrativas subjetivas submetidas ao testemunho em primeira pessoa.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, C.W.; BELL, E; SHIRKY, C. **Jornalismo Pós-Industrial – Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present.** Columbia Journalism School. Tow Center for Digital Journalism, Columbia University. Ed. 2012.
- CAMPOS, L. A. **Por uma sociologia crítica da crítica.** Relendo Boltanski a partir de Margareth Archer. Rio de Janeiro, 2009.
- ELVIRA, L. **Instinto de Repórter.** São Paulo. Publifolha, 2005.

FASSIN, D. e RECHTMAN, R. **L’empire du traumatisme**: enquête sur la condition de victime. Paris, Flammarion, 2007.

FAUSTO NETO, A. **Transformações nos discursos jornalísticos**: A atorização do acontecimento. In: 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2011, Rio de Janeiro. Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2011.

FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GILL, J. (org.) **Modern Confessional Writing**. Londres: Routledge, 2006.

PEETERS, J. D. **Witnessing**. *Media, Culture & Society*, v. 23, n. 6, 707-723, 2001.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Civilização Brasileira, 1966.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são, volume 1 / Nelson Traquina. Florianópolis: Insular. 2. Ed., 2005.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, volume 2/Nelson Traquina – Florianópolis: Insular. Ed., 2005.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 10ª edição. 2009.